



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

TRE e TCE condenam, mas eles continuam no poder

Prefeitos, ex-prefeitos e vices são condenados regularmente pelo TRE/SE, mas sempre conseguem um "jeitinho brasileiro" de continuar no poder. Enquanto isso, o povo sofre na mãos desses criminosos políticos

Danielle Menezes
municipios@cinform.com.br

■ O cenário da política no Brasil mostra que, cada vez mais, políticos têm sido condenados pelas irregularidades cometidas no poder. No entanto, ainda há muito o que percorrer no que diz respeito a essas condenações. Apesar de a Justiça estar cumprindo boa parte do papel que lhe é atribuído, ainda existem muitas brechas nas leis que permitem que os acusados continuem no poder, mesmo que com histórico criminal.

O Tribunal Regional Eleitoral - TRE/SE - está com quatro processos envolvendo cassações políticas em Sergipe, segundo a Assessoria da Comunicação do órgão - todas elas por um mesmo motivo: a compra de voto.

De acordo com os dados fornecidos pelo TRE/SE, os prefeitos de Boquim, Jean Carlos Nascimento Ferreira; de Porta da Folha, Albino Tavares de Almeida Neto; de Tobias Barreto, Adilson de Jesus Santos; e São Francisco, Manoel Vieira da Silva Filho, tiveram os mandatos cassados, mas todos permanecem no poder, através de Recurso Judicial.

CONDENADOS...

Na última semana, o ex-prefeito de Itabaiana, Lucia-

no Bispo, foi condenado por improbidade administrativa. Ele é acusado pelo Tribunal de Contas do Estado - TCE/SE - de administrar de forma incompetente os recursos do antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef.

O relatório divulgado pelo TCE/SE aponta irregularidades nos anos de 2012 e 2013. Luciano também é alvo de investigação de um suposto envolvimento ilegal com a

Deso. A suspeita do Ministério Público de Sergipe - MPE - é que o ex-prefeito tenha facilitado pagamentos de contas de água para os eleitores, tudo com a supervisão de funcionários da Deso. O caso ainda está sendo investigado.

Com a condenação, Luciano Bispo recebeu a suspensão dos direitos políticos pelo prazo de três anos. Ele também foi condenado a pagar multa civil correspondente a duas vezes o valor da remuneração recebida quando era prefeito, e

ainda a proibição de contratar com o Poder Público, receber benefícios, incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente. Mesmo que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

Apesar disso, em recente pesquisa feita na cidade, os itabaianenses apontaram Luciano Bispo como candidato preferencial para deputado estadual nas eleições de 2014. É justamente nesse ponto que se faz urgente a Reforma Política. As leis brasileiras são falhas e

permitem que uma pessoa casada e indiciada como culpada por compra de voto ou por improbidade e desvio de dinheiro seja candidata a qualquer cargo público.

Em Nossa Senhora do Socorro, dois secretários municipais da antiga gestão também foram condenados por improbidade administrativa na última semana. Os agentes públicos, que não tiveram os nomes divulgados pelo MPE/SE, tiveram os direitos políticos suspensos por três anos. Eles pagarão multa civil e ficam proibidos de contratar com o Poder Público e de receber benefícios fiscais ou creditícios por três anos.

No mês de junho, o ex-prefeito de Aquidabã, Marcos José Barreto, também foi alvo de investigação por suspeita de improbidade administrativa. Ele é acusado de descumprir uma lei que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb - e por irregularidades na utilização das verbas referentes aos Programas de Transporte Escolar - Pnate. Se condenado, o ex-prefeito de Aquidabã também poderá perder os direitos políticos.

...MAS NEM TANTO

Em Brejo Grande, o prefeito foi cassado há quinze dias. Anderson Ferreira Bastos e o vice, José Antônio Dias Ferreira, são acusados de abuso de poder e foram condenados a pagar multa. Eles tiveram a inelegibilidade decretada por oito anos. Mas ambos encontraram uma forma de voltar ao poder. De acordo com o TRE/SE, eles questionaram a decisão em recurso e voltaram a gerir a máquina pública. Ou seja: continuarão tendo a gestão de recursos que deveriam ser direcionados para o povo, mas não o fizeram e continuarão sem fazer.

Quando questionados sobre as acusações, eles alegam sempre inocência. Luciano Bispo, ex-prefeito

de Itabaiana, não foi encontrado para dar explicações sobre a condenação, mas na última entrevista que deu ao Cinform, em relação ao escândalo da Deso, garantiu que não sabia de nada e que não compactuou com as irregularidades.

Agora é hora, talvez, de esperar mais alguns anos e torcer para não ver muitos administradores políticos atuais também condenados no futuro. Isso se a Justiça começar a, de fato, agir contra os criminosos políticos. Ou de continuar mantendo o “gigante” Brasil acordado e manter as manifestações públicas contra o grande mal que assola o País - a corrupção. ■

[>] COMENTÉ ESTA MATÉRIA
opine@cinform.com.br